

Pelo direito à dissidência



Por **ZENIR CAMPOS REIS***

Antes de ouvir um argumento parece necessário qualificar ou desqualificar quem o emite

Alguns escritos iluminam o objeto de que tratam, outros evidenciam o sujeito que os escreve. Pertencem à segunda categoria os artigos que pretendiam responder ao ensaio de Iumna Maria Simon, “A cidadania de pé quebrado” publicado na revista *Teoria e debate* n.º 26 [<https://teoriaedebate.org.br/edicao/#4592>]. Não se lê neles nenhum argumento que demonstre a excelência do poema “Por um Brasil-Cidadão”, objeto da polêmica. Os autores, em compensação, tanto se expuseram, que qualquer comentário seria ocioso e redundante.

Vale, no entanto, discutir alguns problemas: aqueles artigos representam sintomas, isto é, apontam para alguma coisa fora deles, que será necessário compreender.

Um desses problemas, o mais sério, é o do totalitarismo, de raízes fundas em nossa cultura. Não data apenas do período ditatorial mais recente. É a cultura totalitária que se manifesta no dia-a-dia: na rua, nos botequins, nas repartições públicas, em todas ou quase todas as esferas da nossa vida de relação. Traduz-se pelo famoso “o(a) senhor(a) sabe com quem está falando?”

Antes de ouvir um argumento parece necessário qualificar ou desqualificar quem o emite. Mais do que isso: indispensável esmagar preventivamente quem nos vai dirigir a palavra, exibindo nossas qualidades, reais ou presumidas, nosso poder econômico ou político, acadêmico ou religioso. Não seremos capazes de discutir considerando apenas a dignidade da pessoa, dignidade essa universalmente partilhada?

Nossa consciência democrática sairia ganhando. Lembro um belo trecho das *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos. Ele narra uma reunião do coletivo, no Pavilhão dos Primários, em que uma proposta sua foi recebida com o comentário do estivador Desidério: “Besteira”. A franqueza ofensiva produziu efeito: a reflexão.

“Lá fora sem dificuldade me reconheceria num degrau acima dele; sentado na cama estreita, rabiscando a lápis um pedaço de papel, cochichando normas, reduzia-me, despojava-me das vantagens, acidentais e externas. De nada me serviam molambos de conhecimentos apanhados nos livros, talvez até isso me impossibilitasse reparar na coisa próxima, visível e palpável”.

Um requinte suplementar de perversidade do comportamento autoritário consiste na inversão de papéis: acusar o oprimido de exercer opressão. Paulo Honório, o proprietário de São Bernardo, reúne seus empregados contestadores e lhes berra “um sermão comprido para demonstrar que era eu que trabalhava para eles”.

O paralelo que se tenta estabelecer entre os intelectuais de esquerda, no Brasil, e o todo poderoso secretário do Comitê Central do PCUS, conselheiro cultural de Stalin, auxiliar na negociação do pacto germânico-soviético, Andreï Alexándrovitch Jdanov, é uma dessas perversidades. A desproporção e o despropósito são óbvios. A esquerda, no Brasil, nunca dispôs de poder político; econômico ou qualquer outro. Deops, Oban, Cenimar, SNI, DOI-Codi não são siglas da esquerda. Qualquer analogia seria descabida, se fosse de boa fé. Trata-se, no entanto, de confusão deliberada com o propósito de explorar a fragilidade de nosso meio semiculto.

Pode-se argumentar: no poder, agiriam como Jdanov. Diógenes Arruda, dirigente do PCB, tentou orientar a produção cultural dos militantes. Encontrou resistência, porém, entre os próprios intelectuais alinhados, caso de Graciliano Ramos.

Este, sobre Jdanov, foi sumário: “É um cavalo”. Houve quem se submetesse e a literatura não ganhou. Já no golpe da eleição da diretoria da ABDE, em 1949, os escritores militantes foram mais unidos. Enfim, ataque é defesa preventiva: antes que o mal cresça, corte-se-lhe a cabeça.

Sem dúvida, esses arremedos stalinistas devem ser lembrados, sem nenhuma complacência. Gostaria, no entanto, de entender por que continua injustamente esquecido o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que “orientou” a atividade cultural do Brasil durante o Estado Novo (1937-45); ninguém faz questão de lembrar a censura à imprensa, à música, à produção cinematográfica, da ditadura militar. Cala-se sobre o monopólio da informação, de que se beneficiou a Rede Globo, em anos recentes e recentíssimos.

Recomendo a leitura da íntegra de um trabalhinho do senhor Raul Machado, poeta parnasiano e, na época, juiz do Superior Tribunal de Justiça, *A insídia comunista nas letras e nas artes do Brasil*, distribuído aos professores de escola. (A Noite, 11 de novembro de 1940; depois folheto, Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1941). Eis um trecho: “Os que foram colhidos em processos são, sem sombra de dúvida, muito poucos, em relação aos que continuam agindo subrepticiamente em liberdade. Haja vista o que sucede com essa campanha de proletarização da literatura e da arte, na qual a propaganda subversiva mal se esconde à argúcia daqueles que bem conhecem a técnica de disfarce e de embuste dos comunistas. (...) Urge, portanto, reagirmos, também organizadamente, contra essa investida maléfica, mediante uma rigorosa fiscalização oficial nos livros e publicações de toda a espécie, impedindo-se a venda e a circulação das obras que forem manifestamente suspeitas.”

A esquerda, de fato, andou incomodando, quando pretendeu lembrar, durante as ditaduras, a responsabilidade ética do intelectual, isto é, do formador de opinião, incluídos aí professores, jornalistas, artistas, poetas etc.

Estes constituem uma fauna complexa e desunida. Cada grupo atua em âmbito específico, mas, no mundo moderno, dos *media*, ou da mídia, como preferirem, inexistem domínios exclusivos: a palavra, oral ou escrita, veicula-se de modo múltiplo. Escapa-lhes, apenas, o controle da difusão, subordinado aos interesses dos proprietários dos órgãos respectivos: empresa ou Estado.

Independentemente de divergências ideológicas, são frequentes as desinteligências entre as diversas categorias. A querela entre literatura e jornalismo produziu, por exemplo, estas observações do escritor russo I. V. Kireievski, em 1845: “Em nossa época a verdadeira literatura vê-se substituída pela literatura jornalística (...) O pensamento é por vezes submetido às circunstâncias correntes, os sentimentos juntam-se aos interesses dos grupos, a forma é adaptada às necessidades do momento. O romance transformou-se em estatística dos costumes, a poesia, em verso de circunstância (*stihy na sloutchai*).”

Do outro lado da barricada, escreveu Lima Barreto, em 1916: “O meu correspondente acusa-me de empregar processos de jornalismo nos meus romances, principalmente no primeiro. Poderia responder-lhe que, em geral, os chamados processos do jornalismo vieram do romance; mas mesmo que, nos meus, se dê o contrário, não lhes vejo mal algum, desde que eles contribuam por menos que seja para comunicar o que observo; desde que possam concorrer para diminuir os motivos da desinteligência entre os homens que me cercam.”

A polêmica não é nova: literatura *versus* jornalismo; jornalismo *versus* universidade, e assim por diante. Não me parece que alguma dessas categorias, em bloco, detenha o monopólio do pensamento correto e da boa escrita. Nem da coprolalia ou da coprografia. O que se pode dizer, em bloco, é que vivem constrangimentos desiguais. Estou com Otto Maria Carpeaux, quando afirmou, em 1941, no *Correio da Manhã*: “O secretário lacaios é a posição normal do literato, na época em que não conhecem ainda a burguesia. Max Scheler vê, nessa impotência, uma lei da existência do espírito que não muda senão seu mestre. Mas existem dependências e dependências; enfim, os caprichos de um grande senhor são menos perigosos e principalmente menos duradouros do que a potência impessoal do dinheiro.”

A esquerda costuma manifestar consciência mais clara desse condicionamento, que atinge a todos, e isso desagrade. Rubem Braga, em 1937, chegou a falar em “capanga intelectual”, para referir-se ao letrado venal. São de incômoda atualidade as palavras de Mário de Andrade (que não chegava a ser homem de esquerda), na “Elegia de Abril” (1942), contra “uma intelectualidade coreográfica, inspirada nos “imperativos econômicos” (Lembro-me da série “Os sobreviventes”, de Henfil, no *Pasquim* ...).

Sua conferência no Itamaraty, também de 1942, “O movimento modernista”, assim termina: “Façam ou se recusem a fazer arte, ciências, ofícios. Mas não fiquem apenas nisto, espiões da vida, camuflados em técnicos de vida, espiando a multidão passar. Marchem com as multidões. Aos espiões nunca foi necessária essa “liberdade” pela qual tanto se grita. (...) Será

que a liberdade é uma bobagem?... Será que o direito é uma bobagem?... A vida humana é que é alguma coisa a mais que ciências, artes e profissões. E é nessa vida que a liberdade tem um sentido, e o direito dos homens. A liberdade não é um prêmio, é uma sanção. Que há de vir.”

“Patrulha ideológica”? Na época, não existia ainda a expressão, variante da perversidade e da confusão deliberada a que me referi anteriormente. A força de que dispõe a esquerda no Brasil nunca passou de uma força moral. A força física estava e continua do outro lado: aliás, a violência é monopólio do Estado, parcialmente flexibilizado, hoje, pela parceria com empresas privadas de segurança, segurança da propriedade e do capital, naturalmente. Não consta que esteja incluído no plano das privatizações este monopólio estatal.

A seriedade intelectual pressupõe a garantia do direito à dissidência, ao pensamento crítico: unanimidade costuma ser bajulação ou medo. A soma de um mais dois pode dar boa aritmética e má poesia. Não se admite mais responder a um poema, a uma crônica, a um ensaio, com a instauração de um Inquérito Policial Militar. Nem se admite a ordem de calar a boca, implícita na arrogância da desqualificação do oponente. Tenta-se repetir, nesta revista, o mesmo procedimento de setembro de 1994 no caderno “Cultura” do *Estadão*: a polêmica sobre a tradução de um poema, travada entre Bruno Tolentino e Augusto de Campos, transbordou a disputa de ideias quando se pediu ao dono do jornal a punição do responsável pelo caderno (edições de 03 e 17 de setembro de 1994). Ignoro, a esse propósito, se já se esclareceu ao sr. Bruno Tolentino que o Partido dos Trabalhadores nada teve com o assunto. A dissidência só é crime para o totalitarismo. Não é mais proibido proibir?

Rubem Braga conta que, quando criança, foi dispensado das aulas por ocasião da morte de Rui Barbosa. Nas ruas, ouviu opiniões desencontradas: que era o homem mais inteligente do Brasil, grande patriota, e que não valia nada porque tinha votado o Estado de Sítio e era um entreguista, advogado da Light; depois, sobre a Força Pública que voltava de São Paulo da luta contra Isidoro, ouviu que eram heróis, e que eram covardes, além de terem roubado muitos carros. Faço meu seu comentário: “Bolas! Eu preferia que Rui Barbosa fosse um grande homem para todo o mundo e a nossa Força Pública tivesse feito uma bela guerra contra Isidoro; mas nas ruas de Cachoeiro nunca faltou um espírito-de-contradição, algum homem do povo de palavra solta para envenenar a nossa alegria cívica e nos ensinar desconfiança. Mesmo quando injusto, esse espírito de porco ainda hoje me parece útil, e temo qualquer regime que o suprima, ou tente suprimi-lo”.

***Zenir Campos Reis** (1944-2019) foi crítico literário e professor de Literatura Brasileira na FFLCH-USP. Autor, entre outros livros, de *Augusto dos Anjos: poesia e prosa* (Ática).

Publicado originalmente na revista *Teoria & Debate*, n°. 28, mar/abr/mai, 1995.